

O Extralingüístico por trás do Lingüístico: Quando o Contexto Social e o Pressuposto Interferem no Posto

Nícia Damião Tanaka¹

(Orientadora: Cristina Vergnano Junger)

Resumo: A sociedade japonesa é hierarquizada, e o papel que cada um representa é de fundamental importância para que se entenda o que se diz nela. Assim, por exemplo, quando alguém em posição superior (chefe, professor, etc.) faz um convite para um inferior (empregado, aluno, etc.), em determinados contextos, este convite pode (e deve!) ser entendido como uma ordem. Esta ordem é entendida pelos japoneses, mas em muitos casos pode passar despercebida para o aprendiz ocidental que ainda não esteja familiarizado com esse tipo de situação. Isso ocorre porque o estudante fica somente no âmbito do *conteúdo posto*, na informação contida no sentido literal das palavras de uma sentença, não considerando o contexto social, pragmático, nem o *conteúdo pressuposto*, as informações que podem ser inferidas dessa sentença. Para chegarmos ao real sentido deste tipo de convite, também discutimos a *implicatura*, que é um tipo de inferência pragmática baseada não no sentido literal das palavras, mas naquilo que o locutor pretendeu transmitir ao interlocutor (Moura, 2000). Propomos aqui a utilização do mangá como material alternativo para que se trabalhe o extralingüístico por trás do lingüístico na sala de aula.

O presente trabalho propõe a utilização, em sala de aula de Japonês como Língua Estrangeira, de um material muito difundido entre os brasileiros atualmente: o mangá², história em quadrinhos japonesa, que é lida diariamente por japoneses de ambos os sexos e de idades variadas. Através da sua linguagem e do seu desenho, procuraremos observar aspectos sócio-lingüísticos difíceis de serem observados por um estudante estrangeiro, embora facilmente perceptíveis pelo nativo, mostrando a relevância da sua utilização como material paradigmático.

Como nem sempre o que é pressuposto para uma cultura é o mesmo na cultura cuja língua esteja sendo estudada, nosso aluno, um estrangeiro, terá grandes possibilidades de não interagir adequadamente na língua estrangeira que estuda não por falta de conhecimento estrutural/gramatical, mas por falta do conhecimento do *uso* da língua, um fator cultural.

Nossos estudos baseiam-se na proposta da Semântica Pragmática, corrente que dá importância acentuada ao contexto situacional. Segundo suas concepções, a referência ou a verdade do que foi dito existirá de acordo com cada situação e a pressuposição estará relacionada a fenômenos não-ditos, mas reconhecidos pelos interlocutores, que precisam ser obedecidos para que a interação possa ocorrer de maneira satisfatória (Pires de Oliveira, 2000).

Segundo o filósofo americano Paul Grice, há interação numa conversação quando nela

¹ Orientadora: Cristina Vergnano Junger.

² Utilizaremos a palavra mangá com acento e sem itálico, uma vez que estamos considerando-a já uma palavra abrigada: temos encontrado fontes que utilizam esta palavra desta forma.

for respeitado o *Princípio da Cooperação*. Este princípio baseia-se em quatro *máximas conversacionais*:

Máxima de quantidade: está relacionada ao quanto de informação é fornecido no intercâmbio conversacional;

Máxima de qualidade: diz respeito às verdades das afirmações;

Máxima de relação: está ligada a compatibilidade entre a informação e o conteúdo do discurso;

Máxima de modo: trata da forma como a informação é transmitida.

O filósofo Austin (apud, Koch, 2003:17) fala em *atos de fala* e entende a linguagem como forma de ação (“*todo dizer é um fazer*”). Divide os atos em três tipos: locucionário, ilocucionário e perlocucionário. Para ele, os atos de fala podem ser *diretos* ou *indiretos*. Os atos de fala *diretos* são realizados através de formas lingüísticas específicas, como certos tempos ou modos verbais, expressões estereotipadas, determinados tipos de entonação, etc. Exemplo disso é o uso do Modo Imperativo para dar ordens, ou de expressões como *por favor, por gentileza* para fazer pedidos ou solicitações. Já os atos de fala *indiretos* (ou *derivados*) são realizados através de formas típicas de outro tipo de ato, sendo nosso conhecimento de mundo ou traquejo social que vão nos permitir perceber a verdadeira força ilocucionária (Koch, 1993:20). Usando o exemplo citado pela autora, quando o locutor faz a pergunta *Você tem um cigarro?*, ele não quer saber se o interlocutor possui ou não um cigarro, mas na realidade deseja que ele lhe ceda um. A autora fala em casos comuns de atos de um tipo que por convenção acabam já sendo interpretados como de outro tipo. É o caso da frase *Você pode me passar o sal?* Certamente não é meramente uma pergunta sobre a capacidade de pegar o saleiro e o movimentar de um lugar para o outro.

Para que um ato de fala alcance o seu objetivo, é necessário que o interlocutor seja capaz de captar a intenção do locutor. Caso isto não aconteça, o ato de fala se torna incapaz de produzir o efeito pretendido, não se concretizando enquanto *ação*.

Van Dijk (apud. Koch, 1993:22) afirma que apesar de um texto incluir vários tipos de atos de fala, sempre terá um como objetivo principal. Ele propõe a noção de *macroato*, ou *ato global*, que é aquilo que se pretende realizar. É o caso, por exemplo, de uma carta, que pode incluir atos de saudação, convite, despedida entre outros, mas sempre haverá um ato correspondente ao objetivo primordial, e a ele estarão subordinados todos os outros. Com relação à seqüência dos atos de fala, Van Dijk diz haver um ato *principal* e outros *complementares*. Na seqüência *Você pode me dizer as horas? Esqueci o relógio*, o ato principal, a primeira sentença, seria o da solicitação da informação, enquanto o ato

complementar, a segunda sentença, seria a justificativa para o pedido feito.

Para verificarmos a questão dos atos de fala, analisemos o diálogo a seguir, retirado de um mangá original direcionado a adultos. Antes, entretanto, explicaremos a situação que ocorre nele: secretária (S) liga em nome do patrão para um empregado (E), diz que o patrão está fazendo uma festa de Ano Novo, e o convida para unir-se a eles.

E (1): - Alô, é o Shima.

S (2): - Nossa! Você já está de volta a Tokyo! Sou eu! Noripii!

E (3): - Ah! Quanto tempo!

S (4): - Estamos fazendo uma festa de Ano Novo, o Sr. Mangame está aqui. Não quer vir a Kitakamakura?

E (5): - Mesmo sendo festa de Ano Novo, não sei se conseguiria chegar em Kamakura, pois agora eu estou com uma fortíssima gripe ...

S (6): - Ah, não se preocupe! Dentro de 2h o carro do presidente irá apanhá-lo na frente do seu apartamento. Apronte-se e espere.²

Neste exemplo houve um ato de fala *indireto*, pois utilizou-se uma estrutura típica de pergunta, quando na realidade tratava-se de uma ordem. O empregado, resfriado, tentou esquivar-se do convite, embora possivelmente soubesse, através dos códigos sociais, que se tratava de uma ordem. Se neste caso o interlocutor fosse um estrangeiro que não conhecesse a hierarquia japonesa, que não soubesse que, em certos casos, o convite de um superior para um inferior não se trata de um mero convite, mas de uma ordem, poderíamos ter uma não concretização do ato de fala. Já quando pega o seu turno novamente, a secretária já passa a utilizar o ato *direto* e dá a ordem. Podemos dizer que ela utilizou o ato *complementar* de consolo (*Tudo bem!*) para depois introduzir o ato *principal* da ordem (*Dentro de 2h o motorista do presidente irá apanhá-lo na frente do seu apartamento. Apronte-se e espere*).

Os enunciados serão vistos de forma diferente por cada teoria semântica. Para a Semântica Formal, calcada na lógica, a frase *Você não quer vir a Kitakamakura?* seria em si um mero convite. Já para a Semântica da Enunciação, ela seria uma parte do jogo discursivo em que a secretária tentará convencer o funcionário a aceitar o convite do seu chefe. Para a Semântica Cognitiva, remeterá a espaços mentais já conhecidos previamente, que incluiriam o conhecimento de que nem sempre um convite feito por um chefe é meramente um convite,

² Tradução literal das frases do original citadas a seguir, tranpostas para o alfabeto latino: (1) *Moshi moshi shima desu ga* (2) *Ara Tokyo ni modottekitanone watashi! Noripi-* (3) *Ou hisashiburi* (4) *Ima shinnenkai yatteiruno mangamesan mo kiteiruwa . Kitakamakura ni konai?* (5) *Shinnenkai to iwaretemo ima kyouretsu na kaze wo hiiteite kamakura made tadori tsukeru kadouka* (6) *Daijyoubu! Nijikangoni manshon ni kaichou no kuruma wo mawasu kara youi shite matte te.* (Revista *Mooningu*, 2002:13) OBS: Achamos relevante citar as frases em japonês, pelo fato de terem sido elas as usadas no nosso *corpus*, e não a tradução apresentada no exemplo.

mas às vezes uma ordem. Para a Pragmática, que analisa a sentença dentro de um contexto, todo seu valor de verdade depende da situação em que ela está sendo proferida. A sentença citada é entendida como uma ordem, embora tenha forma lingüística de convite, pois é dita de um *superior* para um *inferior*³. Entretanto, mudando a situação, muda também o sentido da frase. Caso esta mesma sentença fosse proferida por pessoas de mesmo nível, ela não apresentaria o valor de ordem, mas um valor de convite. Uma mesma sentença em situações diversas apresenta valores diferentes. Esses valores serão obtidos através de recursos extralingüísticos (sócio-culturais) trabalhados pela Pragmática.

Para analisarmos o processo de *polissemia*, tiraremos unicamente o segundo quadro da página 21 do mangá *Biggu Komikku Orijinaru*. Ao folhearmos aleatoriamente a revista mencionada, nos deparamos com esse quadro. Nele apareciam dois homens andando num corredor enquanto conversavam. Numa primeira tentativa traduzimos a conversa como: *A partir de agora é reunião. Você não pode ficar atrás?*. Entretanto, lendo um pouco mais adiante, pudemos perceber que o último *kanji* (ideograma japonês) estava ali não com o significado de *atrás*, mas como *depois*. O que nos levaria à tradução *A partir de agora é reunião. Você não pode deixar para depois?*. O contexto definiu qual dentre os significados possíveis seria o correto. Assim trabalha a pragmática: analisa o contexto para depois definir o significado da palavra.

Em uma outra revista em quadrinhos, temos um trecho em que o marido, ansioso para ter relações sexuais com a esposa que se preocupava mais com sua maquiagem, diz para ela que *Tempo é dinheiro*⁴. Neste caso, há uma relação de tempo com produção e de produção com dinheiro, levando à dedução de que quanto mais se perde tempo, menos se produz, mais se desperdiça dinheiro. Há uma relação metafórica, uma vez que ele realmente não estaria propriamente perdendo dinheiro, mas algo que lhe dê tanta satisfação quanto a que o dinheiro possa lhe trazer. Ele ligou tempo a dinheiro e dinheiro a prazer.

As metáforas não são universais, elas dependem da cultura, conforme diz o trecho (Lakoff & Johnson, 2002:140) a seguir:

As metáforas TRABALHO É UM RECURSO e TEMPO É UM RECURSO não são universais. Elas emergiram em nossa cultura devido à maneira

³ Usamos o termo *superior* referindo-nos ao patrão (através da sua secretária), que possui uma posição social mais elevada, e *inferior* para o empregado, que possui uma posição social menos privilegiada.

⁴ Tradução do provérbio japonês *ikkoku senkin* (Revista *Biggu Komikku Orijinaru*, 2004:34) que, segundo o *Dicionário Universal Japonês-Português* (Shogakukan, 1998: 404), pode ser traduzido como *Cada momento é precioso* ou *O tempo é dinheiro*. Já no Dicionário Eletrônico da CANON (Canon Intelligent Dictionary ID-7200) esta sentença foi traduzida unicamente como *Time is money*.

como concebemos o trabalho, à nossa paixão pela quantificação e à nossa obsessão por fins específicos. Essas metáforas enfatizam aqueles aspectos do trabalho e do tempo que têm importância central em nossa cultura. Dessa forma, elas também deixam de enfatizar ou escondem outros aspectos do trabalho e do tempo. Podemos entender o que as duas metáforas escondem por meio da análise daquilo que elas enfatizam.

A metáfora *Tempo é dinheiro* utilizada pelos capitalistas japoneses faz *sentido* para nós brasileiros, também capitalistas, mas pode não fazer para uma sociedade que não cultue o dinheiro. Sempre dependeremos das nossas experiências para fundamentarmos as metáforas.

Lakoff & Johnson (2002) dividem as metáforas em três tipos, todos fundamentados em correlações sistemáticas encontradas em nossa experiência:

Orientacionais: metáforas que nos permitem conceptualizar nossas emoções e relacioná-las com outros conceitos que dizem respeito ao bem estar geral. Há correlações sistemáticas entre nossas emoções (ex.: felicidade) e nossas experiências sensoriais e motoras (Ex.: postura ereta). Seria o caso de FELIZ É PARA CIMA (Pág. 129);

Ontológicas: fundamentam-se na correlação entre o que vemos e um espaço físico definido por fronteiras (Pág. 130);

Estruturais: metáforas que nos permitem usar um conceito detalhadamente estruturado e delineado de maneira clara para estruturar um outro conceito (Pág. 133).

Se fôssemos classificar nosso exemplo em algum desses tipos propostos, diríamos que se trata de uma metáfora ontológica, pelo fato de tanto o *tempo* quanto o *dinheiro* poderem ser delimitados.

Para a pragmática, nosso exemplo tem um sentido dentro do contexto em que foi proferida, mas correria o risco de não fazer sentido algum em algum outro contexto, como por exemplo, caso fosse dita por um aluno para seu professor em um dia de prova. Neste caso, a frase *Tempo é uma nota melhor* (ter tempo significaria ter a chance de uma nota melhor) faria maior sentido.

Salientamos que as metáforas apresentam características comuns como: convencionalidade, sistematicidade, assimetria e abstração. Essas características não necessitam de explicações, pois por si só já se fazem compreendidas.

A modalização “*define a marca dada pelo sujeito a seu enunciado*” (Dubois, 1993: 414) e nos fará perceber no contexto conversacional qual o grau de participação/envolvimento do sujeito em seu discurso. Essa percepção nos é passada através de *marcas de modalização* como: advérbios modalizadores (ex.: talvez, claro); jogo dos níveis de língua (ex.: presença inesperada de uma palavra de gíria num discurso elevado); certas transformações (ex.: uso da

ênfase) e certas construções (ex.: inserção do enunciado referido). Para exemplificar com o nosso *corpus*, temos a frase *Acho que tem pelo menos 20 milhões de ienes*⁵, em que o personagem utiliza um verbo que transmite sua incerteza perante o que diz.

Cientes de que a modalização varia de uma língua para a outra, sugeriríamos a utilização do mangá em sala de aula na Universidade, como material para um estudo comparativo da modalização na língua japonesa e na língua portuguesa. Através do nosso contato com a língua e cultura japonesa, constatamos que os japoneses modalizam mais que os brasileiros em seu discurso, e supomos que isto esteja relacionado com o fato da sociedade japonesa preconizar o valor de *grupo* em detrimento do valor do *indivíduo*. Acreditamos que o grande uso da modalização possa ser para que o enunciador não pareça arrogante perante seus conterrâneos.

As *máximas conversacionais*, já mencionadas anteriormente, nos indicarão o bom ou o mau funcionamento/entendimento da conversação entre o locutor e o interlocutor. No exemplo do convite da secretária, ela havia, de início, violado a máxima da qualidade, uma vez que o que afirmava não era o que realmente queria. Somente com o passar da conversação foi que o empregado realmente entendeu do que se tratava e com isso pode continuar a conversação, mesmo que acarretando uma conseqüência desfavorável a ele (entendeu que aquele convite na realidade era uma ordem e que teria que cumpri-la). Poderíamos nos questionar se neste caso não seria mais um fator cultural que lingüístico, mas acreditamos que mesmo que o cultural tenha um valor muito forte no desenrolar desta conversa, houve uma falta de clareza de início devido à violação da máxima referida. Os conceitos de *metáfora* e *polissemia*, já desenvolvidos anteriormente, nos levarão a possibilidades diferentes da nossa, mas existentes em um outro país.

Podemos trabalhar em sala de aula os conceitos de conteúdo posto, conteúdo pressuposto ou pressuposição, e implicatura. Entendemos conteúdo posto como a informação contida no sentido literal das palavras de uma sentença (Moura, 2000:13); pressuposição como as informações que podem ser inferidas dessas sentenças (*idem*) e implicatura como um tipo de inferência pragmática baseada não no sentido literal das palavras, mas naquilo que o locutor pretendeu transmitir ao interlocutor (*idem*).

Para exemplificar, vejamos as seguintes passagens:

Exemplo 1 (ANEXO)

MARIDO (1): - Cheguei!

⁵ Tradução literal da frase *Nisenman gurai ha aru to omoimasu* (Revista *Biggu Komikku Orijinaru*, 2004: 37), aqui transcrita em alfabeto romano.

MULHER (2): - Ué, papai! Já voltou?!

MARIDO (3): - Hum, ultimamente eu ando um pouco cansado, por isso hoje voltei pra casa sem hora extra.

MULHER (4): - Se você for voltar pra casa tem que dizer que vai voltar pra casa. / Não fiz o jantar do papai, viu!

MARIDO (5): - Ah, tudo bem, vou comer num restaurante aqui perto.

MULHER: - Não rejeita muito hora extra, tá? As despesas do lar estão incluídas nos valores das suas horas extras.

MARIDO: - Eu sei.³

Este diálogo pode parecer bastante simples, mas, através do uso lingüístico e dos desenhos característicos do estilo mangá, contém situações que passam despercebidas por estrangeiros que desconheçam a cultura japonesa. Numa família tradicional japonesa é comum o homem trabalhar até tarde fazendo hora extra, sair para beber e só voltar para casa tarde da noite, sem que a esposa tenha necessidade de lhe deixar preparada a comida. Na sentença *Se você for voltar pra casa tem que dizer que vai voltar pra casa* teríamos o POSTO 1 (advertência da esposa no sentido de que quando o marido vier jantar em casa ele tem que avisá-la), o PRESSUPOSTO 1 (Esse marido geralmente não vinha jantar em casa) e na sentença seguinte *Não fiz o jantar do papai, viu!* trabalharíamos com o POSTO 2 (A esposa não fez o jantar), o PRESSUPOSTO 2 (Que é igual ao PRESSUPOSTO 1: Esse marido geralmente não vinha jantar em casa) e IMPLICATURA (A esposa não fez e também não estava disposta a fazê-lo). O fato de que ela não fará o jantar não está escrito na sentença, mas pode ser inferida mediante o contexto (neste momento a mulher está sentada. No momento seguinte ela se dirige para a pia, mas somente para reclamar da falta do dinheiro da hora extra do marido).

Podemos observar no trecho acima o uso metafórico da palavra *papai*, uma vez que na realidade o interlocutor não é o pai da enunciativa, mas seu marido. É uma forma de tratamento, utilizada pela esposa para chamar o pai de seus filhos, mas que revela o quanto as metáforas estão presentes em nossas vidas sem se nos demos conta disso.

Exemplo 2 - pensamento de um marido em relação a sua mulher diante de um caixa eletrônico:

- Na realidade eu tenho uma conta escondida da minha mulher.

³ Tradução literal de (1) Tadaima. (2) Are? Papa. / Kaette kita no o? (3) Um, kokontoko tsukaregimi nanode kyouha zangyounashide kaettekita. (4) kaerunara kaerutte itte kurenakya / papa no yuushoku tsukuttenaiwa yo (5) A, iinda, chikaku no famiresu ni itte kutte kurerukara. (6) Amari zangyou ha kyohi shinaide ne. Uchi no Kaikei ha papa no zangyoudai mo orikomizuminan dakara.(7) Wakatteruyo. (Revista *Biggu Komikku Orijinaru*, 2004:60 - Vide o ANEXO).

- *É uma conta abri na última Copa do Mundo quando apostei com meus amigos e ganhei uma razoável quantia de 100 mil ienes.*⁶

A primeira sentença ganha maior sentido quando passamos a ter conhecimento de que, na cultura japonesa, a esposa é quem fica com o controle do dinheiro da casa para administrar as despesas domésticas. O marido tira um pouco do seu salário para suas despesas pessoais e depois entrega o restante para a esposa. Em alguns casos, o marido entrega todo o dinheiro para a esposa e ela lhe dá um trocado diariamente. Por isso, o personagem fala da *conta escondida* e mais adiante esclarece como conseguiu tanto dinheiro. Temos o POSTO (o marido tem uma conta escondida), temos o PRESSUPOSTO (geralmente o dinheiro do marido é conhecido pela esposa que é quem gerencia seu salário) e a IMPLICATURA (Se o marido tem esse dinheiro escondido, ele poderá usá-lo como bem entender, sem ter que dar satisfações à esposa). A título de curiosidade, acrescentamos que, no decorrer da história, este marido irá pegar todo o dinheiro e o usará para aposta em corrida de cavalos, e perderá tudo. É uma realidade existente no Japão, muitas vezes desconhecida pelos estudantes de língua japonesa, e que mais uma vez ressalta a contribuição desse tipo de literatura como material didático, como base para os estudos lingüísticos e culturais do japonês.

Como pudemos perceber, há inúmeras possibilidades de trabalho com este material atual e diversificado, fazendo com que os docentes de língua japonesa possam utilizá-lo em diferentes níveis da graduação para abordar diferentes aspectos lingüísticos e culturais da língua em estudo.

Ressaltamos que o presente trabalho foi feito com o mangá para o uso nas aulas de J/LE, mas que as histórias em quadrinhos apresentam-se como um material produtivo alternativo em qualquer ensino de língua, seja materna ou estrangeira.

Observamos que nem todos os exemplos citados neste trabalho encontram-se no ANEXO, uma vez que isto seria desnecessário, pois todos foram colocados no rodapé em sua versão japonesa na forma romanizada. A cópia de uma página do mangá servirá para ilustrar a arte contida neste material alternativo.

Bibliografia

DUBOIS, J. et al. *Dicionário de Lingüística*. 9ª ed. Trad.: Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Cultrix, 1993.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo:

⁶ Tradução literal das frases *Jitsuha tsuma ni naisho no kouza wo motteiru* e *Zenkai no sakkaa no waarudokappu no toki, nakamauchi to kake wo shite juuman em no daikin te ni shite tsukutta kouza da* (Revista *Biggu Komikku Orijinaru*, 2004: 62), aqui transcritas em alfabeto romano.

Cultrix, 1975.

KOCH, Ingedore Villaça . *O texto e a construção dos sentidos*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

-----, *A interação pela linguagem*. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ILARI; GERALDI, J.W. *Semântica*. 10ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

LAKOFF, G; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002

MOURA, H. M. M. *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. 2ª ed.- Florianópolis: Insular, 2000.

PIRES DE OLIVEIRA, R. Semântica. In: MUSSALIN F.; BENTES A. C., *Introdução à Linguística 2*. São Paulo: Cortez, 2000.

SAEED. J. I. *Semantics*. 2nd ed. London: Blackwell, 2000.

Mangás Consultados:

Revista *Biggu Komikku Orijinaru*. Japão: Ed. Shougakukan, 20/10/2004.

Revista *Mooningu*. Japão: 2002

Anexo

